



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA Nº 10/2022 - REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE OS PROBLEMAS DO TRANSPORTE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU – DIA 05 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 14 HORAS.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte dois, às quatorze horas e dezesseis minutos, na Sala de Sessões Joaquim de Deus Nunes, Plenário da Câmara Municipal, foi aberta a presente Audiência Pública pelo Presidente da Câmara Marcelo Romig Maron, em conformidade com o edital nº 010/2022 – AP. Audiência Pública solicitada pelo Vereador Jardel Souza de Oliveira, por meio do Requerimento nº 240/2022 aprovado em sessão ordinária do dia 01/08/2022. O Presidente agradeceu a presença de todos, em especial às autoridades. Convidou o defensor público Thales, a procuradora do município Fernanda, a secretária municipal de obras Vanessa Mota representando o Prefeito, o coordenador de trânsito municipal Michel e o representante da empresa de transportes Santa Barbara, Sélbio, para comporem a mesa. Com a palavra, o proponente da audiência, vereador Jardel, cumprimentou os presentes e falou da importância da audiência. Disse que existem responsabilidades a serem assumidas quando uma empresa vence uma licitação para realizar o serviço de transporte coletivo. Que é o executivo que disciplina essas responsabilidades. Que um dos setores mais prejudicados com a pandemia foi o de transporte. Que a situação atualmente é caótica, com poucas linhas e valores de passagens subindo constantemente. Que o serviço de transporte coletivo é essencial para o município. Citou que no município de Pelotas, toda população paga o mesmo valor de tarifa, independente se reside no interior ou cidade. Antonio Carlos Maia da Silva, morador do município falou da precariedade na assistência dos serviços públicos, já que o município possui uma zona rural muito extensa e o povo de Canguçu, que é trabalhador, merece melhores serviços. Maira, representante do Faxinal, reclamou sobre os horários de transporte, que depende do ônibus para tratamento de saúde e que alguém deve exigir a ampliação do serviço junto à empresa Pionesul. Que acredita que se a empresa não está prestando o serviço, cabe ao Poder Público efetuar a cobrança junto dela. Silma do Arvorito, 3º distrito, relatou que há anos não há transporte na localidade. Edovirges Pelegrinotti, do 4º distrito, disse que antigamente havia ônibus de segunda a sábado e hoje apenas três dias por semana e que a Coxilha dos Cunhas está sem atendimento de transporte coletivo. Que deve haver uma solução, pois há pessoas que não têm condições de ter um carro. Leni de Souza Quintana lamentou a ausência de fiscais nos ônibus, já que o transporte coletivo do Faxinal no dia de hoje estava lotado e se alguém passasse mal não haveria condições de socorrer devido à lotação. Rudinei, do 4º distrito, disse que dirige transporte escolar na região e que verifica o descaso com as empresas, devido à falta de condições nas estradas e pontes. Que não está criticando, mas que busca soluções para os problemas. Senhora Giovane, do 2º distrito, disse que há ônibus apenas duas vezes por semana e ainda sem linhas ao meio dia. Que conhece pessoas que precisaram se mudar para a cidade para atender os filhos com necessidades especiais que necessitam de



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

estudar na APAE, já que não há transporte. Reclamou das condições das pontes, bem como do atendimento odontológico, que há somente uma vez na semana. Olinda Kruger, do Iguatemi, mencionou que havia ônibus com mais frequência antigamente e que hoje isso não existe mais. Que pessoas simples como ela precisam ter formas de vir para a cidade. Zilma, do 4º distrito – Fortaleza, disse que trazia seu filho para a APAE pois havia ônibus e que agora não há mais o transporte. Lozar disse que possui uma microempresa de transporte, mas que não pode mais trabalhar. Que no local – Rincão dos Cravos - não há ônibus. Cidadão do Iguatemi manifestou sua discordância em relação a falas anteriores, pois não há ônibus devido ao alto valor dos combustíveis e das péssimas condições das estradas. Que deve ser dado apoio aos empresários. Silma, do Arvorito, disse que estão retirando os atendimentos do posto de saúde da localidade. João Correia do Amaral, do 3º distrito de Canguçu – Coxilha do Fogo, ressaltou que para haver transporte coletivo devem existir boas estradas. Que há “mato” nas estradas e que as leis não permitem que as pessoas façam a limpeza. Disse que acredita que cabe aos vereadores irem verificar as condições das estradas. Arnaldo Dias, do Passo do Lourenço, cumprimentou o Presidente, os vereadores, as autoridades e os amigos presentes. Relatou que o problema também afeta aquela região, pois antigamente havia transporte diariamente, ao passo que atualmente há apenas dois dias na semana. Referiu que os pedidos feitos durante sessão de interiorização, relativos à melhoria das estradas, não foram atendidos. Alcino Cunha, da Vila Nova, disse que a administração municipal abandonou o terceiro e quinto distritos. Que as estradas estão muito ruins. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos vereadores. Com a palavra, o vereador Oraci disse que a responsabilidade pelo transporte público é do Poder Executivo e que se constata, no presente dia, que o principal problema é a ausência de transporte no horário do meio dia, além da falta de fiscalização. Que houve projeto do executivo propondo o aumento das linhas em locais não atendidos e que houve a aprovação do projeto, embora não executado. Vereadora lasmin comentou que recebe muitas reclamações sobre o assunto em seu gabinete. Que na localidade em que mora não há mais linhas de ônibus. Que o problema é grave, pois as pessoas dependem para exames e tratamentos de saúde. Mencionou o aumento do preço das passagens e as dificuldades vivenciadas pelas empresas. Vereador Ubiratan comentou que jamais a situação esteve da maneira como está. Que o problema precisa ser resolvido. Destacou a competência municipal para resolução da questão. Vereador Arion disse que as reclamações ouvidas no dia de hoje são feitas todos os dias aos vereadores, mas que, se a administração municipal não proporciona transporte para as crianças especiais virem estudar na APAE, então se importará menos ainda com o transporte coletivo. Que o Ministério Público exigiu a realização de licitação e agora nem o MP, nem o executivo se comprometem a fiscalizar os contratos. Com a palavra, Defensor Público Thales Vieira dos Santos mencionou que a ferramenta da audiência pública é fundamental para concretização da democracia e do debate. Em relação ao problema do



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

transporte, referiu que a Defensoria Pública enfrenta dificuldades para atender as pessoas devido à falta de linhas de ônibus. Que a Defensoria Pública estará sempre à disposição para resolução do problema. Sélbio, da empresa Santa Bárbara, disse que não há aumento de passagens há quatro anos, além de que as estradas estão em péssimas condições. Com a palavra, o vereador Emerson comentou que sabe da dificuldade das pessoas com a questão do transporte, pois reside no interior. Que no 4º distrito havia ônibus todos os dias e agora nem mesmo em todas as semanas do mês há linhas. Justificada a ausência do vereador Diego, o qual estava em outro compromisso. Vereador Carlos Eduardo ressaltou o trabalho que tem sido feito na Câmara para resolução do problema. Que o executivo não fornece condições para os empresários trabalharem, nem fiscaliza. Mencionou a lei aprovada, de origem do executivo, sem que esteja sendo cumprida. Vereador Cesar Madrid comentou que está no quarto mandato como vereador e nunca havia visto o município nas más condições em que está. Que o Prefeito Municipal nunca está presente quando o assunto abordado é o interior do município. Que o transporte coletivo é responsabilidade do executivo. Procuradora do município, Fernanda, disse que o reajuste da passagem é feito por Decreto e que as empresas não podem fazer isso por conta própria. Com a palavra, a Secretária de Obras de Vanessa esclareceu que a administração municipal conhece as dificuldades enfrentadas, que as soluções não são simples de serem encontradas, mas que os setores competentes estão trabalhando. Michel, do Departamento de Trânsito, referiu que antigamente havia cerca de 40 mil passageiros nos ônibus e que agora totalizam cerca de 7 mil pagantes. Que essa redução afetou o lucro das empresas e que, com base de estudos, concluiu-se que a solução seria o subsídio por parte do Poder Público. Comentou que, em Pelotas, mesmo com subsídio, no pós-pandemia, as empresas de ônibus estão tendo prejuízos. Que, por isso, a Prefeitura contratou uma empresa especializada para estudar o assunto e para calcular os valores do subsídio que seria necessário, o que totaliza cerca de um milhão e quinhentos mil reais. Que, atualmente, procura-se um “meio termo” com as empresas. Em relação à lotação, disse que há lei federal que permite até 15 passageiros em pé. Referiu que as denúncias são apuradas, como a que ocorreu quando houve a informação de que existiriam idosos pagando passagens. Fernanda, advogada da Prefeitura, esclareceu que o transporte coletivo é prestado por concessão via processo licitatório que gerou um contrato administrativo, com direitos e deveres para ambas as partes. Ressaltou a complexidade do assunto e os diversos interesses conflitantes existentes. Que o problema já existia antes, mas que a pandemia acelerou o processo de mudança de hábitos. Comentou que entre as soluções adotadas recentemente está a elaboração do projeto de lei sobre o transporte coletivo, inclusive a previsão de subsídio público, mas que há entraves orçamentários nesse ponto, como aumento de despesas e redução de arrecadação. Deixou claro que o executivo trabalha no assunto, contudo que não há uma solução definitiva. Que haverá, mesmo assim, uma cobrança por parte do setor de



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

trânsito para cumprimento dos contratos firmados. Vereador Carlos Eduardo perguntou por quantos dias, nos contratos com as cláusulas atuais, as empresas conseguem prestar o serviço. Fernanda reforçou que é necessário formalizar um compromisso com as empresas com dias e horários. Em relação aos alunos da APAE, disse que está sendo mantido diálogo entre a instituição, o executivo e o Ministério Público. Vereador Jardel reforçou que falta vontade por parte da administração municipal para resolução do problema apresentado. Sugeriu que haja abertura para demais prestadores de serviço. Vereador Oraci ressaltou a complexidade da questão e indagou à Procuradora acerca da possibilidade de disponibilizar que microempreendedores prestem o serviço no dia em que não há linhas de ônibus. A Procuradora esclareceu que a prestação do serviço de transporte é mediante contrato, precedido de licitação. Que o cálculo da tarifa precisa ser pensado em relação ao público que se utiliza do serviço. Com a palavra, o Vereador Arion solicitou a elaboração de um cronograma de horários. Michel, do Departamento de Trânsito, esclareceu que houvesse atualização dos valores das passagens como deveria, existiria um reajuste muito grande que inviabilizaria a utilização do transporte. O Vereador Ubiratan destacou que os trajetos das linhas de ônibus devem também ser pensados e avaliados. Presidente destacou a importância do transporte público e a necessidade de entendimento entre o Executivo e as empresas que prestam o serviço, encontrando-se um equilíbrio entre as demandas. Não havendo mais nenhum inscrito para uso da palavra, o Presidente Marcelo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública, sendo que nós – Antonielli Aguiar de Aquino e Natanael Penning Voss Auxiliares Legislativos designados para a função, lavramos a presente ata.

MARCELO ROMIG MARON
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores